



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Gestão de Pessoas  
Coordenação – Geral de Documentação e Informação  
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA  
PRESIDÊNCIA  
DA REPÚBLICA

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 19 DE SETEMBRO DE 2002

Como não trouxe nada por escrito, sou obrigado a falar de improviso aqui, para agradecer essa manifestação tão simpática que acabo de receber, agradecer muito a presença dos senhores e senhoras, aqui, nesta tarde e dizer-lhes que, se por alguma coisa fico feliz, nesses anos que não foram fáceis, de tanto trabalho, é que, efetivamente, houve a compreensão pelo Brasil de que a questão fundamental nossa é a população mais pobre, são os carentes. Disso se falou sempre em discurso, mas as medidas para que isso melhorasse não haviam sido tomadas de maneira sistemática. Foi o que nós resolvemos fazer.

Na verdade, Doutor, o que o senhor manifesta aí, esses programas mencionados, eles todos visam justamente à condição de vida dos menos favorecidos, por dizer assim. É claro que o Estado tem a obrigação de atender a todos e não só aos menos favorecidos. No caso da educação, isso é evidente. A educação precisa ser universal. Na verdade, não foram 90%: em idade escolar, na idade de atender a escola primária, 97% das crianças estão nas escolas, o que é quase a universalização do acesso à escola. Acho que isso é fundamental.

Tenho dito tantas vezes que, se de alguma coisa podemos nos orgulhar no Brasil, é que a nódoa do analfabetismo está desaparecendo, será residual no Brasil, porque estão 97% na escola. Os que não tiveram essa chance no passado, e estão vivos, constituem ainda uma massa apreciável. Devem ser 12%, 13% os brasileiros que ainda não conseguem ler nem escrever, mas são resíduos do passado. Daqui para frente, podemos dizer que vamos atingir a totalidade dos brasileiros, que vão ser capazes, pelo menos, de ler e escrever.

O desafio nosso é imenso, porque a gente aprende a ler e escrever e tem o computador. Se não souber usar o computador, é analfabeto digital, como uma boa parte dos brasileiros – a maioria – ainda é analfabeta digital. Mas é assim mesmo que as sociedades avançam: resolve-se um problema e vem outro.

De forma que o acesso tem que ser universal. Mas, para que o acesso possa ser universal, é preciso que se olhe para os mais carentes. No caso da educação, isso é muito claro. Na verdade, quando se olha o que aconteceu nesses últimos anos, nesses últimos oito anos, vê-se que os mais pobres, sobretudo os negros – só havia 75% dos negros na escola – agora são 93%. Por isso que dá 97%: porque ainda muitos dos mais pobres mesmo ainda não chegaram lá. Mas de 75% para 93% já é um salto considerável. Então, quando se verifica isso é que se vê que é preciso realmente criar esses programas como o Bolsa-Escola, que é quase nada de recursos financeiros, do nosso ponto de vista, olhando de quem é de classe média, mas, olhando para o pobre, quando recebe 45 reais, porque tem dois, três filhos na escola, isso é um aumento – se a pessoa ganha 200 reais por mês –, um aumento de 20%. Quer dizer, um aumento considerável para as famílias mais pobres.

Isso tudo pode parecer até cínico, dizer que 40 reais é um aumento considerável, mas mostra por que há muito por fazer no Brasil, por que realmente a situação da sociedade, no seu conjunto, ainda é de muita escassez, de muita dificuldade.

Acho que criamos esses programas, como o Fundef, para poder permitir que haja mais recurso para a escola primária, para pagar um pouco melhor os professores das áreas mais atrasadas do Brasil. Cria-

mos, no campo, os outros programas, que não estão computados aí, como o Pronaf, como todo esse esforço da reforma agrária. E os assentamentos têm escola e casa. E começa a haver uma dinâmica para que essas populações mais pobres tenham acesso a isso.

Sem dúvida, no que diz respeito à questão odontológica, era fundamental incluir também, nas equipes de médicos da família, nas equipes que vão cuidar do acesso das pessoas aos tratamentos, que houvesse um cuidado com a boca, com os dentes, com a higiene. São coisas, às vezes, muito simples. Quando assumi o Governo, os agentes comunitários de saúde eram 28 mil; agora, são 160 mil. Quer dizer, houve uma modificação imensa. Não sei quantos, 50, 60, 70 milhões de pessoas já são atendidas por esses agentes. Aqui, na cidade, nem se percebe que isso existe, mas, nas áreas mais pobres do Brasil, isso tem um efeito. E é aí que se tem que introduzir também os cuidados com a questão dos dentes, o cuidado com a boca. Às vezes são coisas muito simples – ensinar a escovar dente –, coisas muito simples que têm um efeito extraordinário.

Então, acho que, se houver continuidade nesses programas, o Brasil vai melhorar. Por enquanto, já existem dados que mostram que se avançou. Mas precisa-se de tempo, 10, 20 anos. Aí, o Brasil melhora efetivamente. Claro que é preciso ter também crescimento econômico, ter emprego, ter essa coisa toda. Mas não basta, porque tivemos momentos de grande desenvolvimento econômico e a população não recebeu nada. Houve acumulação de riqueza para os que já tinham riqueza.

Hoje, estamos distribuindo, diretamente, sob a forma de dinheiro. Tudo que o Governo Federal recebe de Imposto de Renda de Pessoa Física e Jurídica não é suficiente para pagar essas bolsas, esses programas dos mais idosos que não têm recursos, esses programas para tirar criança do trabalho penoso. Somando todos esses programas, dá, mais ou menos, 30 bilhões de reais. Isto é mais do que a parte do Imposto de Renda que fica com o Governo Federal – o Imposto de Renda é dividido: uma parte vai para os estados, outra parte fica no Governo Federal. Somando tudo, da pessoa física e jurídica. Nós redistribuímos diretamente a renda: toma-se de quem tem renda e se dá para quem não tem

renda. É claro que quem leva a mordida do “leão” não gosta. Mas é melhor, pelo menos, saber em que mãos isso vai parar. E os dados estão claros aí: vai tudo diretamente para os mais pobres. Nunca houve isso, no Brasil, um mecanismo de transferência direta de renda. Então, agora, precisamos ter continuidade nesse processo.

Já que foi mencionado o nome do Darcísio Perondi, quero dizer que ele foi fantástico. Na Câmara, ele ajudou, primeiro, na aprovação dessas medidas, que nem sempre são muito bem-vindas pelos setores financeiros, de vincular verbas para a saúde. Ele atuou muito nessa matéria. E a verdade é que, com todas as dificuldades do País, conhecidas e grandes, conseguimos fazer com que houvesse uma mobilização de recursos bastante apreciável para a área de saúde. Hoje, nenhum Ministério tem mais recursos que o da Saúde. Neste ano, devem ser, mais ou menos, 22 bilhões de reais. Na Educação, devem ser 7 ou 8, o que é bom. Na Ciência e Tecnologia, devem ser 2. Então, vemos que a proporção que realmente está se destinando à saúde é bastante expressiva. E isso foi trabalho dos ministros, do Ministro Jatene, do Ministro Serra, do Ministro César Albuquerque, e apoio do Congresso. E o Darcísio, que é Vice-Líder especificamente nessa área, foi de uma valia imensa.

De modo que tenho muitas razões para estar contente de recebê-los, ao agradecer as referências feitas e desejar que os senhores prossigam com êxito nas suas jornadas.

Muito obrigado